

# DISCIPLINA E CONVIVÊNCIA NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR<sup>34</sup>

*Sheila Kätzer Bovo*

**D**ISCIPLINA e convivência na instituição escolar é composto de catorze capítulos, de vários autores, cada um versando sobre um tema relacionado ao título, todos traduzidos por Maria da Graça Horn. A introdução é de Arthur Parcerisa Aran, que apresenta as dificuldades de convivência em nossas sociedades como um dos desafios que a humanidade tem de enfrentar e, conseqüentemente, dos conflitos produzidos no interior da escola, pois é parte dessa sociedade. Mas devemos encará-los não como algo negativo, e sim como “elemento que favoreça a aprendizagem”.

No primeiro capítulo, “Descontrole ou Revolta? Os Educadores, os Alunos e as Incompatibilidades Mútuas”, Jaume Funes considera a indisciplina como uma forma de inconformismo frente a novas realidades, e aí surgem novos desafios educacionais, uma “nova encruzilhada educativa”, em que novos alunos convivem com os velhos professores e vice-versa. Fala das contradições da escola, as frustrações e os conflitos existentes e como os educadores são “mediadores culturais entre o mundo da infância ou da adolescência e o mundo adulto”, fazendo alusão inclusive à ilusão educativa dos anos 90. Coloca a questão da administração para a paz como algo não específico para a paz dos problemáticos e, sim em função de uma educação para a autonomia. Isso significa não impor critérios sem discussão. Finalmente, propõe a reconstrução das expectativas de um futuro escolar possível.

No segundo capítulo, “Reivindicação do Pacto e outros ‘Conchavos’”, Gregorio Casamayor discute o que são os conflitos, afirmando que necessariamente não são sinônimos de indisciplina. Fala da conflituosidade em uma escola considerada “normal” e o que sabemos sobre o que acontece na escola. Discorre sobre o fato de termos

---

<sup>34</sup> ANTÚNEZ, Serafín et al. *Disciplina e convivência na instituição escolar*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

apenas conhecimento intuitivo da escola, muitas vezes equivocado, esquecendo-nos dos detalhes, muitos dos quais por demais importantes para uma análise bem feita. Colocando que os locais de maiores conflitos na escola são geralmente os de uso comum, oferece uma seqüência de perguntas e sugestões que se bem utilizadas poderão nos surpreender. Fala ainda das atitudes burocráticas que, muitas vezes, causam conflitos. Finaliza com uma forte dose de otimismo.

No terceiro capítulo, "A regulamentação da Convivência nas Escolas através dos Regimentos Institucionais", Serafín Antúnez comenta a necessidade de regulação da convivência interna da escola, através de práticas comprometidas de todos os educadores e sempre fruto de um consenso entre os envolvidos. Reflete sobre a necessidade da participação dos órgãos de gestão da escola. Discorre sobre os regimentos escolares que normalmente são modelos fixados pelos poderes públicos, sem respeito à identidade de cada escola. Finalmente, propõe a promoção de "instâncias de colaboração entre professores e estudantes: comitês, comissões e grupos de trabalho", para comprometê-los educativamente.

O quarto capítulo, "A Educação Emocional: Estratégias e Atividades para a Educação Infantil" é de Ascen Díez de Ulzurrun e de Josep Martí. Os autores defendem a necessidade das escolas de educação infantil para que atinjam a educação integral e plena das crianças, preocupando-se em desenvolver as capacidades que se referem à integração social e ao equilíbrio pessoal delas, de forma a não serem trabalhadas apenas as capacidades cognoscitivas e lingüísticas. Citando Gardner, defendem: "a potencialização da auto-estima e do auto-conhecimento, as técnicas de comunicação afetiva, o desenvolvimento da conduta assertiva, o treinamento em técnicas positivas de resolução de conflitos e de tomada de decisões, etc". Em seguida, propõem e analisam uma série de atividades, (inclusive com exemplos práticos), fazem orientações para a intervenção pedagógica, a organização do tempo e os critérios de avaliação necessários.

O quinto capítulo, de Miquel Massaguer, é "A Escola é nossa. O Diálogo e a Confiança Mútua: Instrumentos para a Convivência e a Disciplina no Ensino Fundamental". O autor reflete sobre a escola que queremos e a que temos, observando a necessidade de termos dentro delas uma vida coletiva baseada na confiança mútua, em que a disciplina não é uma imposição apenas, mas a possibilidade indispensável de uma convivência justa e respeitosa para todos os seus membros. Discute a necessidade de admitir os conflitos como naturais num relacionamento de diferentes, num "processo de ajuste mútuo", e defende que "a disciplina jamais deve ser um objetivo em si mesma e, sim, um bem para a convivência". Em seguida, comenta a necessidade de assembléias de classe, reuniões de representantes de classe e algo mais que simplesmente assembléias, para a participação efetiva e proveitosa. Além disso, a conquista da disciplina compartilhada e o envolvimento de alunos, professores e comunidade educacional, numa escola que seja realmente "nossa", de todos.

"A Participação dos Alunos do Ensino Fundamental na Gestão da Escola" é o título do texto de Jaume Cela. O autor reforça, de certa forma, o que já foi comentado em alguns textos anteriores, apresentando o CP Escola Bellaterra, situada no Campus da Universidade Autônoma de Barcelona, como modelo concreto. Comenta sobre os objetivos da participação institucional, as estruturas de participação, as assembléias de classe, as reuniões de representantes, além de tecer considerações sobre alguns aspectos

tos que considera de relevância. Conclui observando a importância da participação, hoje, dos alunos na vida da escola, para que tenhamos um futuro democrático.

Albert Rigol é autor do sétimo capítulo, com o título "Construir a Comunicação". Nele, o autor lembra que a indisciplina (o ataque) é uma reação direta ou indireta contra as normas da escola e que os meninos e as meninas devem se sentir bem dentro da escola, que devemos trabalhar para isso. Em seguida, expõe com muita clareza como um projeto compartilhado pode conseguir a coesão necessária "nos diferentes âmbitos de decisão da vida em sala de aula", refletindo sobre: 1 O espaço: nosso espaço; 2 Que vamos fazer nos espaços; 3 O tempo; 4 Nossa organização; 5 Aprender a colaborar: causa ou consequência? 6- E a escola? E as normas? Quais normas? Segundo o autor, devemos nos orientar pelos objetivos propostos: "cada classe, cada professor e cada escola deve avaliar até onde ir, com abertura, reflexão e sem limites pré-fixados".

Teresa Garrel é autora do oitavo capítulo, "Aprender a Conviver". Coloca que, no processo de ensino que ministramos, está implícito um ideal de vida e um projeto de sociedade. Expõe sobre o pluralismo existente nas escolas, a necessidade de adequarmos os conteúdos e refletirmos a partir dos conflitos surgidos, para modificarmos significativamente atitudes e preconceitos. Defende a educação em valores como instrumento de mudança e transformação pessoal e coletiva, conduzindo os alunos a alcançar um perfil moral adequado e "progredir a partir do respeito de cada um em relação aos demais". Apresenta ainda atividades que poderão ser utilizadas nas etapas iniciais do ensino fundamental, com grupos que apresentem agressividade e dificuldades de convivência.

"Conflitos entre Crianças", de M. Carme Boqué, é o nono capítulo. A autora tenta "conhecer os diferentes estilos de resolução de conflitos com a finalidade de estabelecer um ponto de partida que contribua para estruturar uma pedagogia de convivência". Ressalta que o conflito não é necessariamente negativo e que sua administração supõe um desafio pessoal, diretamente relacionado com o processo de construção da própria identidade: "será necessário reorientar a aprendizagem para a cooperação, para a busca de uma resolução de resultado positivo, afim de encontrarmos a dimensão pedagógica do conflito". Expõe as hipóteses, desenvolvimento, conclusões e reflexões sobre uma pesquisa cujo objetivo foi descobrir como os meninos e meninas de uma classe administram seus conflitos. Conclui enfatizando: "Tomara que "aprender a ser" e "aprender a viver juntos" deixem de fazer parte do currículo oculto e tornem-se cada dia mais visíveis".

O décimo capítulo traz texto de Pilar Tudela e Presentación Perales, com o título: "As Pessoas Convivem na Escola: Uma Proposta Co-Educativa". A autora relata a experiência desenvolvida a partir da necessidade de estabelecer atitudes de respeito com a diversidade e de não discriminação por razões de raça, sexo ou qualquer outro tipo, no Colégio Martí Sorolla de Valência, escola estabelecida em regime de cooperativa. Expõe como esta se desenvolveu desde a educação infantil até as séries finais do ensino fundamental. Relata ainda o que foi feito em relação às bibliotecas, na área de conhecimento do meio social, natural e cultural, na matemática; na educação física, na educação artística; no plano de educação afetivo-sexual e no gabinete psicopedagógico. Embora faça uma avaliação positiva sobre o projeto, considera-o ainda insuficiente

para algumas mudanças significativas nos alunos e alunas, o que com o passar do tempo e a persistência do mesmo, certamente ocorrerá.

No décimo primeiro capítulo, temos o texto “Questão de Disciplina”, de Pedro Fajardo. O autor apresenta a experiência do escritor, professor da área de língua castelhana e literatura, no Instituto de Educación Secundaria de Fabero del Bierzo (León, Espanha) quando da elaboração do regimento interno da escola. O professor trabalhou na área de língua castelhana e literatura, porque a maioria dos alunos queixava-se da existência de problemas de disciplina nessa área. Buscou a participação de seus alunos, principalmente dos mais difíceis, e iniciou com o tópico sobre os professores. Para facilitar, ofereceu-lhes um esquema para potenciais situações de conflitos. No texto demonstra todas as etapas cumpridas para a elaboração desse regimento, inclusive um teste para a compreensão do acordo global e o acordo coletivo que foi assinado por todos os membros do grupo-classe. Avaliando como positivos os resultados e as vantagens de sua aplicação, o autor reconhece a necessidade de não se considerar o acordo como algo inflexível, mas, dinâmico e passível de ajustes.

“A Participação dos Alunos do Ensino Médio na Elaboração das Normas de Convivência” é o texto de Francesc Notó para o capítulo doze. O escritor primeiramente discorre sobre a legislação que ampara o direito do aluno de participar no funcionamento e na vida das escolas e na necessidade de envolvê-los no processo de elaboração das normas de convivência escolar. Explicita as estratégias de participação dos mesmos na elaboração ou revisão das normas de convivência da escola e dá exemplo de como estes poderiam participar na elaboração ou na revisão dessas normas.

No capítulo treze, temos o texto “Assembléias de Classe no Ensino Médio” de Angél Moreu. O autor propõe assembléias de classe ao longo do ensino médio, com características próprias, que as identifiquem. Coloca que no ensino médio a “assembléia de classe é um espaço para o diálogo”, e que deve se constituir numa aprendizagem experiencial, além de um importante instrumento para a interação e a compreensão. Salienta que a assembléia no ensino médio é um excelente exercício que favorece a autonomia e o pensamento democrático, ajuda os adolescentes a construir sua identidade. É um espaço de comunicação com o meio, além de um órgão de gestão, limitado interna e externamente, mas que possibilita “o diálogo, a reflexão e a ação cooperativa e solidária”.

No último capítulo, “Os Conflitos Sociais no Projeto Ínsula Baratária: por uma Didática do e a partir do Conflito”, Juan Mainer defende a idéia do conflito como elemento-chave na formação interna de um projeto de ensino das ciências sociais para a escolarização obrigatória, insistindo em seu potencial formativo e expõe como isso se desenvolveu no Projeto que dá nome ao texto. Faz uma análise dos conflitos sociais no currículo oficial a partir dos valores latentes, considerando-os eixos estruturantes deste no ensino médio. Através de seis enunciados problemas, chega a vinte enunciados didáticos ou núcleos organizadores programados, que ele chama de “etapa”. Utiliza-se de quadros para demonstrar como os problemas sociais se articulam, estruturam e centralizam a proposta curricular, nas diversas situações que se apresentam. O texto procura demonstrar o modelo didático do Projeto Ínsula Baratária, a partir do tratamento de problemas sociais, atuais e relevantes.

Concluindo, o livro, através de textos muito claros e de fácil leitura, expõe como podemos refletir e tirar conclusões sobre as causas e as condições nas quais acontece a indisciplina nas instituições escolares. Fornece importantes subsídios, inclusive práticos, para aqueles que desejam solucionar ou simplesmente melhorar a disciplina e convivência em suas unidades. Apesar de trazer exemplos com suporte legal espanhol, oferece importante contribuição para a convivência saudável em nossas escolas, desanuviando alguns assuntos e polemizando outros, de maneira agradável e séria. É uma leitura que vale a pena ser feita por educadores, principalmente gestores de unidades escolares.